

Pretoguês e a sua ressignificação: do olhar pejorativo à resistência/representação sobre as marcas de africanização linguística

Pretoguês and its resignification: from a pedorative view to resistance/representation of the marks of linguistic africanization

Makosa Tomás David

Universidade Federal de São Carlos – São Paulo – Brasil

Resumo: Sendo o Pretoguês, hoje, um símbolo que recupera, mediante todo o processo de ressignificação, os elementos identitários e linguísticos das línguas Bantu, foi considerado um termo pejorativo durante todo processo colonial. Então, a partir disso procuro analisar a origem, a trajetória e a ressignificação do termo "Pretoguês", demonstrando como ele representa a fusão linguística entre o português europeu e as línguas Bantu em Angola e sua posterior influência no português brasileiro através do processo transatlântico de escravizados. Seguindo essa linha de raciocínio, destaco o papel de intelectuais como Lélia González na valorização do Pretoguês enquanto legado cultural, além de comparar traços comuns no português angolano e brasileiro, como adaptações fonéticas e sintáticas. Conclui-se que o Pretoguês representa não apenas uma transformação linguística, mas um ato político de preservação identitária, desafiando hierarquias coloniais e reivindicando atos políticos que questionam a colonialidade da língua.

Palavras-chave: Pretoguês. Africanização do Português. Línguas Bantu. Lélia González. Colonialidade da Língua.

Abstract: Pretoguês is a term that today symbol that recovers, through the process of re-signification, the identity and linguistic elements of the Bantu languages, but it was considered a pejorative term throughout the colonial process. So, based on this, I try to analyze the origin, trajectory and re-signification of the term "Pretoguês", demonstrating how it represents the linguistic fusion between European Portuguese and the Bantu languages in Angola and its subsequent influence on Brazilian Portuguese through the transatlantic process of enslaved people. Following this line of reasoning, I highlight the role of intellectuals such as Lélia González in valuing Pretoguês as a cultural legacy, as well as comparing common traits in Angolan and Brazilian Portuguese, such as phonetic and syntactic adaptations. The conclusion is that Pretoguês represents not only a linguistic transformation, but a political act of identity preservation, challenging colonial hierarchies and claiming political acts that question the coloniality of language.

Keywords: Pretoguês. Africanization of Portuguese. Bantu languages. Lélia González. Coloniality of language.

1 Introdução

A língua portuguesa, disseminada pelo colonialismo europeu a partir do século XV, nunca foi um sistema linguístico estático, mas sim um campo dinâmico de transformações e resistências culturais. Nos territórios colonizados, particularmente em países lusófonos em África, o contato entre o português e as línguas africanas gerou fenômenos linguísticos complexos que desafiam as noções tradicionais de pureza linguística. Entre esses fenômenos, em Angola o português, o chamou de Pretoguês que emerge como um dos casos mais significativos de recriação linguística, representando não apenas uma fusão gramatical e lexical, mas também uma forma de resistência cultural e política. Este artigo investiga a trajetória histórica do Pretoguês, desde suas origens no contexto colonial angolano até sua ressignificação como marcador identitário das marcas de africanização, com o objetivo de desconstruir as hierarquias linguísticas herdadas do colonialismo.

A importância deste estudo reside em seu potencial para iluminar os processos de transformação linguística que ocorreram à margem dos discursos oficiais, revelando como as comunidades africanas e afrodescendentes (no Brasil) reelaboraram ativamente a língua do colonizador. Como destacam Bagno (2015) e Faraco (2016), a história da língua portuguesa nas ex-colônias não pode ser compreendida sem levar em conta as dinâmicas de poder e resistência que moldaram seu desenvolvimento. O Pretoguês, nesse sentido, não pode ser visto como "português errado", mas sim como resultado de um complexo processo de apropriação cultural, como demonstram os trabalhos de Lélia González (1984) no Brasil e de Amélia Mingas (2000) em Angola.

Este artigo está estruturado em três partes principais. Primeiramente, contextualizo o surgimento do termo Pretoguês no cenário colonial angolano, onde era utilizado de forma pejorativa para se referir ao português falado pelos negros, seguindo as análises de autores como Luandino Vieira (1979) e Amélia Mingas (2000). Em seguida, examino como

esse fenômeno linguístico foi transplantado para o Brasil através do processo transatlântico, processo esse analisado por Castro (2005). Por fim, discuto as características linguísticas comuns entre o português angolano e brasileiro, demonstrando como a africanização do português desafia os paradigmas linguísticos eurocêntricos.

Ao resgatar essa história, o trabalho dialoga com os estudos pós-coloniais da linguagem, particularmente com as contribuições de Makoni e Pennycook (2007) sobre a descolonização das línguas. Argumento que o Pretoguês representa não um desvio da norma, mas sim uma forma legítima de expressão cultural que merece ser reconhecida como parte integrante da diversidade linguística lusófona. Esta investigação se justifica pela urgência em combater o preconceito linguístico que ainda marginaliza essas línguas, seguindo os apelos de autores como Bortoni-Ricardo (2005) e Oliveira (2017) por uma linguística mais inclusiva e socialmente comprometida.

2 Pretoguês – de Angola para o Brasil

O termo Pretoguês, cuja origem não é amplamente conhecida, é uma palavra que atualmente representa e resgata, a partir de todo processo de ressignificação, os valores identitários e linguísticos das línguas Bantu presentes em cada português falado tanto no continente africano quanto no território brasileiro, pois essas línguas portuguesas surgiram através de uma fusão linguística (do português europeu com as línguas Bantu de cada território dominado pelo invasor português).

Temos de olhar que durante o período colonial, Angola, fazia parte do Reino do Congo, sendo o primeiro espaço territorial onde os invasores portugueses chegaram em África, isso no século XV (Fonseca, 2012). A chegada dos invasores ao continente africano trouxe consigo não apenas a dominação territorial, mas também uma série de desorganizações sociais e culturais (David, 2023). Os colonizadores, monolíngues, enfrentaram dificuldades de comunicação devido à vasta diversidade linguística

local. Apesar de terem estabelecido o domínio territorial, a atividade comercial não prosperou como esperado, pois a população local frequentemente se revoltava contra os colonizadores (David, 2023).

Para consolidar o controle, os portugueses implementaram políticas de assimilação, que visavam a expansão da língua portuguesa, a europeização dos povos colonizados e o genocídio das línguas e tradições africanas (Oliveira, 2018; Nascimento, 2016). A Igreja Católica, aliada ao governo colonial, desempenhou um papel crucial nesse processo. Através da catequização e da proibição do uso das línguas locais em espaços como escolas e igrejas, os colonizadores buscavam impor o português como língua única e de prestígio (Nascimento, 2016; Oliveira, 2018; David, 2023). Decretos como a Lei n.º 1031, de 1921, reforçaram essa proibição, marginalizando as línguas angolanas e consolidando o português como instrumento de dominação (Mingas, 2000).

Quando abordo sobre a língua prestigiosa nesse tema, falo de todas as línguas consideradas padrão do ponto de vista europeu e da colonialidade, pois a língua padrão e não-padrão - o tal dito língua popular - são construções ideológicas europeias que partem do pressuposto da racialização, superioridade e da inferiorização como elemento de divisão entre colonizador e colonizado a partir da língua (David, 2023, p. 11).

A política de assimilação exigia que os angolanos renunciassem às suas tradições e adotassem o modo de vida europeu. Aqueles que dominavam o português e viviam de acordo com os padrões coloniais eram considerados assimilados e tinham acesso a certos privilégios, como trabalhar na administração colonial e evitar trabalhos forçados (Nascimento, 2016). Em contrapartida os indígenas¹, que mantinham suas línguas e costumes, eram marginalizados e privados de direitos básicos. Para alcançar o estatuto de assimilado, era necessário saber falar, ler e escrever em português, renunciar aos costumes tradicionais e viver de acordo com os

padrões europeus, sendo considerados "brancos de cor preta" (Augusto, 2016 apud David, 2023).

José (2025, p. 182) afirma que, "o contexto sociolinguístico das famílias desses indivíduos considerados assimilados era bastante distinto". Os pais, em sua maioria bilíngues, não tiveram acesso à educação formal, o que resultava em altos índices de analfabetismo. Eles falavam um português que era profundamente influenciado pelas línguas africanas, diferenciando-se significativamente do português padrão. Essa língua era marcada por forte influência das línguas locais, combinava características fonológicas, gramaticais e lexicais das línguas africanas no português, resultando em uma adaptação linguística totalmente distinta da falada em Portugal.

Essa mistura refletia a realidade social e cultural dos falantes angolanos, evidenciando como o contexto histórico e as interações culturais moldaram uma expressão linguística autêntica e singular (Zau, 2011).

A língua portuguesa era um dos requisitos fundamentais e prestigiosos para se alcançar a cidadania na Angola colonial. O português era falado principalmente nos centros urbanos (Fonseca, 2012), onde havia uma presença significativa de brancos, enquanto os negros utilizavam um português popular (não padrão). Ironicamente, os brancos se referiam a essa língua como Pretuguês, um termo pejorativo, segundo Mingas, usado para menosprezar os negros. "português de preto" (Mingas, 2000 apud David, 2023).

A partir disso, é notório que a utilização do termo pretuguês, no princípio, não surgiu como uma expressão que legitimasse essa nova língua presente em Angola, mas sim para banalizar, desvalorizar e menosprezá-la de toda forma. E assim, olhamos Angola como o primeiro território a ser utilizado esse termo pelo próprio colonizador.

Alguns linguistas acreditam que esse termo foi cunhado ou usado pela primeira vez pela intelectual Lélia Gonzalez, isso é 1984 e 1988, mas que na verdade, como podemos ver, foi o próprio colonizador que cunhou o termo e trazido pela primeira vez no livro "João Vêncio: os seus amores", do escritor angolano

¹ Originários da terra.

José Luandino Viera (1979) que o descreveu do mesmo jeito que-Mingas (2000).

O colonizador queria um português sem influência, ou seja, o dito português padrão, o que o colonizador não sabia era que, uma língua deixa de ser aquela língua quando existe uma fusão linguística, ou seja, culturas linguísticas diferentes. Em David (2023) afirmo que a não aceitação desse português é devido à raça, localização e línguas que a completam.

Sob essa perspectiva, a linguagem é vista como um instrumento utilizado pelos colonizadores portugueses como um mecanismo de poder e dominação (Makoni e Pennycook, 2007), uma vez que a língua padrão foi imposta com o intuito de suprimir as línguas dos povos colonizados. Além disso, a imposição da língua padrão foi uma estratégia cuidadosamente planejada pelos portugueses para consolidar seu controle e explorar culturalmente os povos dominados, calando não apenas suas línguas originárias, mas também suas culturas e identidades. Dessa forma, a língua tornou-se uma ferramenta de opressão, apagando vozes e tradições que carregavam consigo saberes e histórias ancestrais (David, 2023; José, 2025).

Nesse contexto, ficou claro o aparecimento de diversos falantes, filhos de assimilados, que tinham o português como sua primeira língua (L1) (José, 2025; p. 185).

Angola foi uma das principais fontes de escravizados para o Brasil, especialmente entre os séculos XVI e XIX. Pinto (2015) afirma que os portugueses estavam fortemente estabelecidos em regiões costeiras e urbanas de Angola, como Luanda e Benguela, onde o português era amplamente utilizado como língua de comércio, administração e comunicação.

Tendo esse avanço amplo da aprendizagem obrigatória da língua portuguesa em Angola, parto da reflexão de que, durante o processo transatlântico (XVI e XIX), é provável que alguns angolanos, que já falavam português, tenham sido levados para o Brasil, pois foram capturados vários angolanos em áreas costeiras e urbanas de Angola onde o contato com os portugueses era mais intenso, como afirma Cardoso

(2004). Mesmo falando pretoguês isso não os protegia da escravização e assim podiam ser capturados em conflitos locais ou revoltas.

Eram levados para trabalharem nos campos de cana-de-açúcar, tabaco e algodão (David, 2023). Portanto, é possível que no meio desses angolanos levados para o Brasil tenha tido indivíduos que ao saírem de Angola levaram consigo o Pretoguês, que ao chegar no Brasil se fundiu também com as línguas indígenas já presentes no território, resultando assim na formação da identidade linguística brasileira.

Apesar de se querer impor o português como língua única, o processo de colonização teve um efeito contrário ao esperado. A fusão entre o português e as línguas Bantu deu origem a uma língua que carrega marcas identitárias únicas. Como se pode ver, em Angola, o pretoguês, que atualmente é chamado Angolês (José, 2025; José e David, 2024), surgiu como uma forma de comunicação entre os colonizados.

No entanto, ao longo do tempo, o termo ganhou destaque também no Brasil por meio dos estudos da intelectual Lélia González, em suas obras “A categoria político-cultural da amefricanidade (1988) e Racismo e sexismo na cultura brasileira” (1984). Segundo José (2025), González foi a primeira escritora brasileira a utilizar a expressão pretoguês para designar as marcas da africanização presente no português brasileiro.

Um outro ponto que temos de olhar, nós linguistas, é que a utilização desse termo pelos colonizadores europeus, não era para dizer que essas novas línguas (portuguesas) eram iguais, mas sim para inferiorizar e mostrar que não é o português europeu ou dito padrão. A partir disso, afirmo que essas línguas portuguesas, faladas tanto no continente africano quanto no território brasileiro, não são iguais, porém semelhantes em alguns aspectos.

3 Pretoguês – uma reflexão sobre a sua resignificação

Quando falamos sobre a resignificação do termo pretoguês, temos de olhar o Brasil como o

primeiro espaço que o ressignificou a partir dos estudos da González (1984; 1988), pois ela desempenhou um papel fundamental nesse processo de ressignificação. Em seus estudos, ela destacou a importância das raízes africanas na formação da identidade linguística brasileira, afirmando que o Pretuguês não era uma forma "errada" ou "inferior" de falar português, mas sim uma expressão legítima e cultural para descrever essa língua. E acrescento dizendo que, é uma expressão que procura mostrar como essa fusão linguística se tornou, assim, uma transformação cultural e linguística que reflete a resistência, a adaptação e a criatividade dos povos africanos.

Originalmente um termo pejorativo usado pelos colonizadores portugueses para se referir ao português falado pelos negros influenciados pelas línguas Bantu, o Pretuguês (Vieira, 1979; Mingas, 2000) foi transformado em um símbolo de orgulho e afirmação das raízes africanas. Esse processo de ressignificação não apenas valoriza a fusão linguística entre o português europeu e as línguas africanas, mas também desafia as hierarquias e preconceitos impostos pelo colonialismo.

Além disso, a ressignificação do Pretuguês é um ato de resistência contra a dominação colonial. Ela desafia a visão de que o português europeu é a única forma "correta" de falar, questionando as hierarquias linguísticas que foram estabelecidas para oprimir e silenciar os povos colonizados. Ao valorizar o Pretuguês, reconhece-se a capacidade desses povos de adaptar, transformar e resistir através da linguagem, mantendo viva sua herança cultural mesmo em contextos de opressão.

Essa ressignificação tem um papel fundamental no fortalecimento da identidade afro-brasileira e dos países lusófonos em África. Ela reconhece que a língua é mais do que um meio de comunicação: é um veículo de história, memória e cultura. Ao valorizar o Pretuguês, afirma-se que as culturas africanas não foram apagadas por completo, mas sim reinventadas e integradas às identidades nacionais. Isso é especialmente importante em

contextos em que a discriminação racial e linguística ainda persiste.

Dessa forma, contribui para uma visão mais democrática e pluralista da linguagem, em que todas as línguas são vistas como válidas e importantes. Ao mesmo tempo mostra como as marcas das línguas Bantu permaneceram vivas.

Nos seus estudos, González (1984 apud David e Santos, 2023, p. 145) utiliza diversos elementos para destacar a influência africana na fala brasileira. Um exemplo disso é a troca do som do *L* pelo *R*, um fenômeno que está presente na sociedade angolana até os dias atuais. Essa característica linguística reforça a conexão entre as raízes africanas e a formação do português falado no Brasil, evidenciando assim a continuidade e a persistência desses traços ao longo do tempo e do espaço (David e Santos, 2023; Santos, 2008).

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse *r* no lugar do *l*, nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o *l* inexistente. Afinal, quem é o ignorante? Ao mesmo tempo, acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os *R* dos infinitivos verbais, que condensa você em *cê*, o está em *tá* e por aí afora. Não sacam que estão falando pretuguês (Gonzalez, 1984, p. 238).

A identificação das marcas de africanização no português falado em África e no Brasil, não se limita simplesmente ao processo de rotacismo linguístico ou aos aspectos fonético-fonológicos e morfossintáticos. Falo que essa fusão linguística (das línguas africanas e português europeu) trouxe, para além da criação de línguas com identidades linguísticas diferentes da dita padrão (Petter, 2011; 2015), um elemento muito importante que chamo de incorporação linguística.

Defino a incorporação linguística como um processo dinâmico pela qual a língua de um povo carrega características comportamentais que são integradas na fusão de uma nova língua ou na aprendizagem. Passando assim não só a língua,

porém também fragmentos comportamentais daquele povo.

Tenho visto que, muitos linguistas analisam o pretuguês numa única perspectiva, que é a linguística, mas como eu venho analisando há anos, vejo que o pretuguês vai além dessa visão da língua. O pretuguês não só incorporou essa fusão linguística, mas também um conjunto de comportamentos e costumes, como já disse acima (incorporação linguística). Por exemplo, falando especificamente do Brasil que está fora de África, se olharmos muito bem notaremos os costumes, hábitos ou até gesticulações da marca de africanização.

O pretuguês resistiu de diversas maneiras: lutando, fugindo, se organizando e, também, por meio da fala, do jeito de agir e da forma de viver que deixaram marcas profundas na cultura brasileira. Essa resistência linguística e cultural se enraizou e se tornou parte fundamental da identidade e do modo de ser de todo o Brasil. Esse processo de resignificação desafia as hierarquias linguísticas e culturais estabelecidas durante o período colonial.

4 Africanização na Língua Portuguesa: Angolana e Brasileira

Abordar as características da africanização na Língua Portuguesa presente em todos os países d'África é algo que tem de ser muito bem discutido e desenvolvido. Por isso, aqui, simplesmente vou abordar sobre o português de Angola e fazer uma conexão com o português de Brasil, sendo o país fora de África que teve, durante o período colonial, fortes relações linguísticas com Angola.

Diferente de Angola, em que as línguas Kikongo, Kimbundo e Umbundo fazem parte do seu povo, no Brasil o número de africanos que chegaram falavam também essas línguas.

A língua portuguesa, transplantada para os trópicos pela máquina colonial (Araújo, 2021; Baxter e Lucchesi, 1997), não apenas se adaptou aos solos angolano e brasileiro como foi profundamente transformada pelo contato com as línguas africanas em Angola e no Brasil também, porém sem

esquecermos as línguas indígenas. Este processo de africanização linguística vai muito além da mera incorporação de palavras únicas que constituem uma complexa reelaboração cultural que desafia a noção de um português dito puro/padrão.

Em Angola, onde o português convive diariamente com línguas bantu, o processo de apropriação linguística assumiu características únicas. O Kimbundo, o Umbundo, Kikongo e outras línguas, não apenas emprestaram vocábulos no português falado no país. Exemplo como "kota" (pessoa mais velha, do Kimbundo dikota), "kamba" (amigo, do Kikongo) e "ngongo" (bebida, do Umbundo) ou expressões como "não está numa" (não está bem) ou "baza na praia" (ir à praia), não são apenas empréstimos lexicais, mas indicam a manutenção de estruturas conceituais africanas, ou seja, revelam uma resignificação gramatical que segue a lógica das línguas africanas (David, 2023).

A sintaxe também foi afetada: a omissão de artigos indefinido em frases como "Ele é professor" (em vez de "Ele é um professor") reflete padrões das línguas bantu, que não utilizam artigos indefinidos da mesma forma que o português europeu. Como observa Houaiss (1992, p. 10 apud David e Nascimento, 2023, p. 15)

Os meninos precisam ter dois pães" e chegasse à seguinte conclusão: "os meninos" é redundante, basta "os menino" (pois o plural continua aí marcado mais economicamente); "os meninos precisam ter" é sistematicamente redundante ainda, basta "os menino precisa tê" (pois o R final do infinitivo é excrescente, já que sintagmaticamente tê é inequívoco, ademais de ser mais econômico).

Ao identificarmos as estruturas e características do Pretuguês como não "erros", reconhecemos os vestígios de uma epistemologia Bantu presentes nessa língua. E longe de toda visão colonial e efeitos contrários, chamo essa fusão de virada decolonial da linguística lusófona.

No Brasil, a influência africana é ainda mais difundida, embora ainda aja processo de reconhecimento durante séculos, como aponta Nascimento (2019). Estudos pioneiros, como os de

Castro (2005), catalogaram mais de 2.000 palavras de origem africana no português brasileiro, a maioria de matriz bantu (65%) e iorubá (25%). Termos como "çaçula" (do quimbundo kazuli, o mais novo), "dendê" (do quimbundo ndende) e "axé" (do iorubá "àṣẹ", força vital) são apenas a ponta do iceberg. A fonética brasileira carrega marcas africanas: o chamado "s chiado" do Rio de Janeiro, por exemplo, tem paralelos em línguas bantu que possuem consoantes palatalizadas (Oliveira, 2017). Até mesmo a construção frásica foi influenciada (Castro, 2001): a dupla negação (Nunca vi nada ou não vi não), comum no português brasileiro, segue padrões encontrados em línguas africanas, diferentemente da norma culta europeia.

A verdadeira africanização se manifesta na cadência da fala, na entonação questionadora do Nordeste, na gíngua sintática das comunidades quilombolas, na linguagem cifrada dos terreiros de candomblé (Castro, 2001). O famoso "sotaque cantado" baiano é na verdade um testemunho da fonética africana presente na formação do português brasileiro.

Entre essas semelhanças, o sistema de sete vogais orais (a, e, ê, i, o, ô, u) e a estrutura silábica ideal (CV.CV) (consoante vogal, consoante vogal), onde se observa a conservação do centro vocálico de cada sílaba, mesmo átona. Esse tipo de aproximação casual, mas notável, provavelmente possibilitou a continuidade do tipo prosódico de base vocálica do português antigo na modalidade brasileira, afastando-a, portanto, do português de Portugal, de pronúncia muito consonantal. (cf. a pronúncia brasileira *pi.neu, *a.di.vo.ga.do, *ri.ti.mo em lugar de pneu, ad.vo.ga.do, rít.mo) (Castro, 2005, p. 8 Apud David e Nascimento, 2023, p. 14).

A música e a religiosidade são provas incontestáveis dessa africanização. No Brasil, os cânticos do candomblé preservam frases inteiras em iorubá e kimbundo.

Apesar dessas evidências, a africanização do português foi (e ainda é) marginalizada pela normatização europeia. Gramáticas do século XIX, como as de Candido de Figueiredo, classificavam estruturas afro-brasileiras como "erros de pretos"

(Azevedo, 1987). Hoje, com os linguistas brasileiros modernos e em Angola, especificamente, Amélia Mingas (Universidade Agostinho Neto), essas línguas estão no processo de reconhecimento como sistemas válidos e coerentes.

A resistência cultural garantiu que o português de Angola e do Brasil não fosse uma mera reprodução do europeu, mas uma língua transformada pela África. Assim, a africanização não é um acidente histórico, mas um processo ativo de sobrevivência identitária e suas provas estão na fala, na música e na literatura que continuam a reinventar o português todos os dias.

Mais do que estudar palavras de origem africana, compreender esse fenômeno exige reconhecer que Angola e Brasil desenvolveram, cada um à sua maneira, verdadeiras "línguas portuguesas africanizadas" - sistemas linguísticos completos com suas próprias regras, estéticas e filosofias. Neste sentido, a língua torna-se território de disputa, mas também de libertação: enquanto o colonialismo tentou calar as vozes africanas, a africanização linguística as fez ecoar mais alto, transformando o português num instrumento de afirmação identitária e de criação cultural insurgente.

Esta transformação linguística nunca foi pacífica (Mattos e Silva, 2004). Durante séculos, as elites coloniais e pós-coloniais tentaram erradicar essas ditas "impurezas" africanas, impondo um padrão linguístico eurocêntrico. Nas escolas angolanas do período colonial, crianças eram punidas por usarem expressões das línguas africanas. Como afirma Gonzalez (1984), no Brasil, até hoje se discrimina o falar das periferias, que preserva estruturas africanas na concordância verbal e no uso das preposições. Contudo, a língua resiste – e na resistência, se reinventa. Como escreve Gates Jr. (1988), a linguagem é um ato de significação – e no caso do português africanizado, ela significa liberdade, pois foge daquilo que é dita língua padrão.

5 Pretoquês: entre a zona do não-ser e a insurgência linguística

A língua nunca foi um território neutro. No contexto colonial, ela se transformou em um campo de batalha onde as hierarquias raciais foram inscritas com a mesma violência com que se demarcavam fronteiras territoriais. O Pretuguês emerge como um fenômeno radical que expõe as entranhas do projeto colonial, revelando ao mesmo tempo os mecanismos de opressão e as estratégias de sobrevivência cultural. Para compreendê-lo em sua profundidade, é necessário situá-lo no cruzamento entre a zona do não-ser fanoniana e a imaginação ideológica branca que ainda hoje estrutura nossas percepções sobre língua, raça e poder.

Fanon (2008) nos ensinou que o colonialismo não se limita à dominação física: ele opera, sobretudo, através de uma negação ontológica do colonizado. Enquanto o colonizador ocupa a zona do ser espaço do humano pleno, da fala legítima, o colonizado é lançado para a zona do não-ser, onde sua existência só é reconhecida como falta, como desvio. O Pretuguês foi historicamente confinado a essa zona de sombra: classificado como "português errado", "fala de preto" ou "linguajar inculto", ele foi sistematicamente associado à inferioridade intelectual.

Essa operação não é casual. A língua padrão aquela ensinada nas escolas, usada nos tribunais e reproduzida pela mídia foi cuidadosamente construída como um instrumento de racialização. Enquanto o português "correto" era apresentado como sinônimo de civilização (e, portanto, de branquitude), o Pretuguês era reduzido a uma caricatura, um sinal de atraso. Como observou Gonzalez (1984; 1988), essa dinâmica reproduz a lógica do racismo estrutural: "O que é branco é certo; o que é negro é errado até na maneira de falar".

A dominação linguística opera através de um duplo movimento perverso, que Kilomba (2017; 2019) identificou em outros contextos coloniais:

Apropriação e exotização: enquanto o sotaque africanizado é ridicularizado no cotidiano, ele é simultaneamente fetichizado como "encantador" ou "musical" quando convenientemente esvaziado de seu significado político. O mesmo colonizador que humilha um jovem negro por dizer "framengo" pode achar

"adorável" quando a palavra é pronunciada por uma criança ou cantada em um samba.

Patologização e correção: o Pretuguês é tratado como uma doença a ser curada. Nas escolas brasileiras e angolanas, crianças negras ainda são punidas por "erros" que, na realidade, são marcas de africanidade como a troca de "L" por "R" ou a simplificação de plurais. Essa violência linguística não é um acidente: é um mecanismo de manutenção da ordem racial.

A reivindicação contemporânea do Pretuguês por rappers, escritores periféricos e acadêmicos decoloniais é, portanto, um salto da zona do não-ser para a zona do ser. É a recusa definitiva da gramática colonial que tentou calar as línguas africanas e, ao mesmo tempo, a afirmação de que o português das ex-colônias só existe porque foi tropicalizado pela voz negra.

Nas periferias brasileiras, nas ruas de Luanda, nas comunidades quilombolas, o Pretuguês continua sua jornada não como língua do não-ser, mas como voz que reclama seu direito ao ser. Ele nos ensina que a verdadeira língua portuguesa das ex-colônias nunca foi a do colonizador, mas aquela que os povos colonizados criaram ao refazer a língua à sua própria imagem.

O Pretuguês é, portanto, muito mais que uma variante linguística – é a prova viva de que mesmo as ferramentas da dominação podem ser transformadas em instrumentos de libertação. Nele ouvimos o eco das línguas africanas que nunca se calaram, e o anúncio de um futuro onde a diversidade linguística não será tolerada, mas celebrada como direito fundamental

6 Às voltas de uma conclusão

O Pretuguês transcende a mera classificação linguística para se tornar um projeto político-epistemológico de decolonização. Ao analisar seu percurso histórico, o termo carregava a violência epistêmica do racismo linguístico, reduzindo a uma caricatura o português africanizado, sua ressignificação transformou-o em um conceito-chave

para compreender as dinâmicas de poder, resistência e recriação identitária que iam contra os instrumentos de opressão em ferramentas de emancipação.

A análise comparativa entre Angola e Brasil revelou que a africanização do português não se limitou a empréstimos lexicais, mas reestruturou a própria gramática do poder colonial. O Pretuguês constitui um sistema linguístico complexo, com regras internas coerentes e profundamente enraizado em cosmovisões africanas. Suas marcas sejam lexicais, fonéticas (rotacismo) ou sintáticas (dupla negação) revelam um processo criativo de tradução cultural, em que as línguas Bantu não foram suprimidas, mas recriaram o português a partir de suas próprias estruturas de significado.

A contribuição da pensadora Lélia González foi fundamental para descolonizar o olhar sobre essas línguas, mostrando que o que a gramática normativa classifica como "erro" é, na verdade, a materialidade linguística da resistência negra. Hoje, reivindicar o Pretuguês é afirmar que a língua portuguesa, nas ex-colônias, não é herança unilateral de Portugal, mas um palimpsesto onde inscreveram-se saberes africanos.

O Pretuguês é, no fim das contas, a prova de que nenhum colonialismo é tão poderoso quanto a capacidade dos oprimidos de reescrever o mundo em suas próprias palavras. E essa reescrita cheia de "erros" que não são erros, de "desvios" que são na verdade rotas de fuga – é, ela mesma, a língua da liberdade.

Portanto, encerro com uma provocação: se a colonialidade tentou silenciar as vozes africanas, a africanização do português prova que elas não apenas ecoaram, mas ressoam até hoje na gíngua da fala, na cadência dos versos, na sintaxe insurgente do cotidiano. O Pretuguês é, em última instância, a língua daqueles que, mesmo forçados a falar a língua do colonizador, nunca deixaram de dizer, em cada frase, sua própria história. Ele em sua plasticidade nos ensina que nenhuma língua é inocente, mas todas podem ser insurgentes. Ele não completa o português, o descoloniza.

Referências

- ARAÚJO, Ana Paula de. *História da língua portuguesa no Brasil*. InfoEscola, 2021. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/portugues/historia-da-lingua-portuguesa-no-brasil/>>. Acesso em: 01/07/2025.
- AUGUSTO, M. A. *Morfologia contrastiva entre português e kimbundu: obstáculo e suas causas na escrita e ensino da língua portuguesa entre os kimbundu em angola*. Editora São Paulo, 2016.
- AZEVEDO, C. M. M. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BAGNO, M. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 56. ed. São Paulo: Loyola, 2015.
- BAXTER, Alan N.; LUCCHESI, Dante. *A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil*. Revista de Estudos Linguísticos e Literários, n. 29, p. 223-244, mar. 1997. UFBA.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Nós chegemu na escola, e agora?: sociolinguística & educação*. São Paulo: Parábola, 2005.
- CARDOSO, Boaventura. *O Significado da Escravidão e do Tráfico de Escravos na História de Angola*. Luanda: Editorial Nzila, 2004.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. *A influência das línguas africanas no português brasileiro*. In: secretaria municipal de educação – prefeitura da cidade do salvador (Org.). Pasta de textos da professora e do professor. Salvador: Secretaria Municipal de Educação, 2005.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares Africanos na Bahia: Um Vocabulário Afro-Brasileiro*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- David, M. T. *As línguas angolanas: resistência e a cosmovisão do poder angolano no mundo*. Mandinga:Revista de Estudos Linguísticos (ISSN: 2526-3455), 7(2), 7–21. 2023.
- DAVID, M. T.; SANTOS, G. N. dos. *As Influências das Línguas Bantu no Português de Brasil: origens e trajetórias rumo ao Pretuguês*. Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos, [S. l.], v. 4, n. 08, p. 137–148, 2023.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FARACO, C. A. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2016.
- FONSECA, Dagoberto José. *As línguas nacionais e o prestigioso português em Angola*. Anais do SIELP. Volume 2, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2012.
- GATES JR., Henry Louis. *The Signifying Monkey: a Theory of African-American Literary Criticism*. Oxford: Oxford University Press, 1988.
- GONZÁLEZ, L. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, p. 223-244, 1984.
- GONZÁLEZ, L. *A categoria política-cultural de amefricanidade*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93. 1988.
- HOUAISS, Antônio. *O português no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1992.
- JOSÉ, J.J. DAVID, M.T. *Uma análise crítica do dicionário de Angolês de roberto leal: colonialidade linguística e a inferiorização do Angolês e das línguas angolanas*. Dados de África(s) | Vol.05 | Nº. 10 | Ano 2024.
- JOSÉ, Justino Jorge. *Angolês: identidade linguística dos angolanos*. revista. Linguasagem, São Carlos, v.48, n.1, p. 171-189, 2025.
- KILOMBA, Grada. *A voz descolonizada: linguagem e poder nos discursos pós-coloniais*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11., 2017,Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2017. p. 1-10.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano*. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MAKONI. S.; PENNYCOOK, A. *disinventing and reconstituting languages*. in makoni. s.; pennycook, a. (eds.) *disinventing and reconstituting languages*. Clevedon, Multilingual matters, 2007.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

- MINGAS, Amélia A. *Interferência do Kimbundu no Português falado em Lwanda*. Luanda: Chá de Caxinde, 2000.
- NASCIMENTO, Gabriel. *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- NASCIMENTO, Washington Santos. *Políticas coloniais e sociedade angolana nas memórias e discursos do escritor Raul David*. Anos 90, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 265-289, dez. 2016.
- OLIVEIRA, E. *Variação linguística e preconceito social: o que pensam os professores*. São Paulo: Contexto, 2017.
- OLIVEIRA, Heloisa Tramontim de. *Língua Portuguesa em Angola: silenciamentos, isolamentos e hierarquias*. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) REVISTA DA ABRALIN, V. XVII, N. 2, 2018.
- OLIVEIRA, Roberta Pires de. *Contribuições africanas na formação do português brasileiro: elementos linguísticos e culturais*. 2017. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras Português) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- PETTER, Margarida. *Introdução à linguística africana*. São Paulo: Contexto, 2015.
- PETTER, Margarida. *Línguas Africanas no Brasil*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- PINTO, Alberto Oliveira. *História de Angola: Da Pré-História ao Início do Século XXI*. Lisboa: Mercado de Letras, 2015.
- SANTOS, Milton. *A Africanidade do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- VIEIRA, J. L. *João Vêncio: os seus amores*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1979.
- ZAU, D. G. D. *A língua portuguesa em Angola: um contributo para o estudo da sua nacionalização*. 2011, 203p. (Tese de Doutorado), Universidade de Beira Interior, Departamento de Letras, Covilhã, 2011.